

Transparência Pública

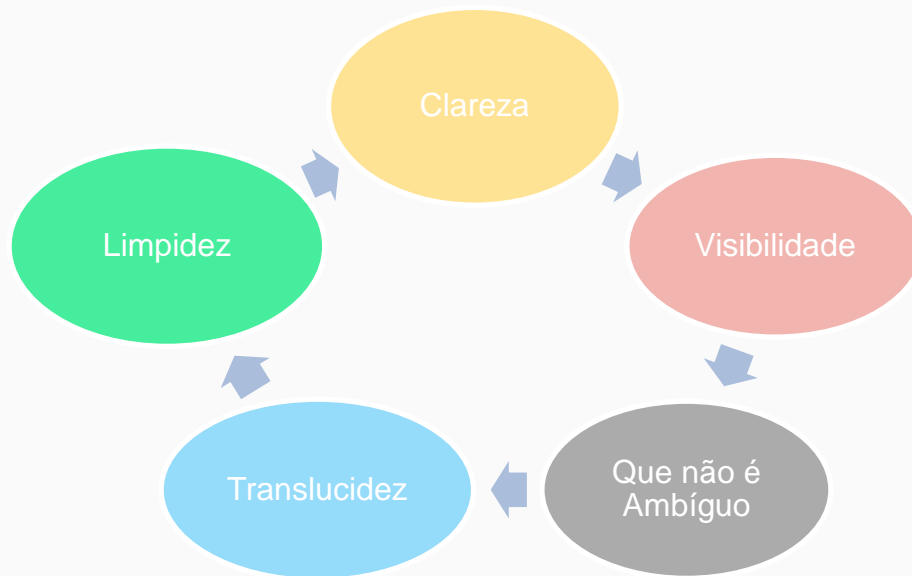
Acesso à Informação

Proteção ao Usuário
de Serviços Públicos

Ouvidorias Públicas



Transparência



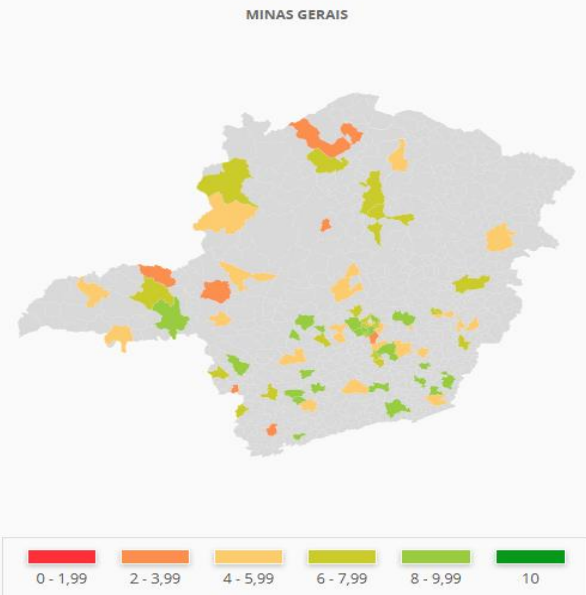
Transparência Pública



Orientação de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos dos entes governamentais no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A disponibilização de dados e informações na internet à sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos.

Todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo Federal, Estadual e Municipal (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) deverão disponibilizar, em seus sítios na internet, o banner para a Página de Transparência Pública específica. [Lei Complementar 131/2009](#) que determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.

Escala Brasil Transparente -
Avaliação: de 09/07/2018 a 14/11/2018
MINAS GERAIS
Nota - 7,36



Governo Federal

VISÃO GERAL

TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS

794.113

RANKING DE PEDIDOS: **0** / 303 ?

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA (EM DIAS) ?

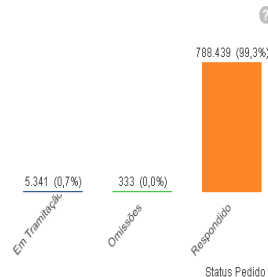
15,87

RANKING DE TEMPO: **0** / 303 ?

CATEGORIA DO ÓRGÃO ?

Última Atualização » 18/09/2019
Periodicidade de Atualização » Diária

STATUS DOS PEDIDOS



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO ?

Total de Respostas: 123.241

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?

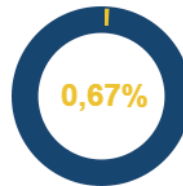


A resposta fornecida foi de fácil compreensão?





RESPONDIDOS



EM TRAMITAÇÃO



OMISSÕES

PRINCIPAIS TEMAS

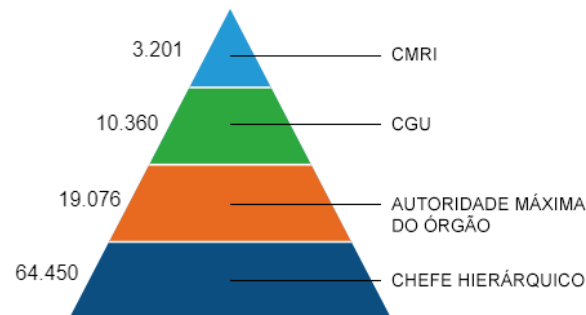


RECURSOS RECEBIDOS

Clique na instância
para visualizar
comparação

TOTAL DE RECURSOS

97.087



Os critérios adotados para a avaliação podem ser divididos em dois blocos **“Transparência Passiva”** e **“Transparência Ativa”**. Cada bloco corresponde a 50% da nota da avaliação. Os itens avaliados em cada bloco foram escalonados possibilitando verificar se o critério foi atendido integralmente, parcialmente ou não atendido.

• 15 Estados e o Distrito Federal

Ente Federativo	Nota Inicial	Nota Final	Posição Inicial - Ranking Estados	Posição Final - Ranking Estados
Acre	6,37	6,67	25	25
Alagoas	8,34	9,26	12	7
Bahia	6,03	7,23	26	22
Ceará	8,47	9,47	10	3
Distrito Federal	9,15	9,62	3	2
Espírito Santo	7,93	9,25	14	8
Goiás	9,08	9,25	5	8
Mato Grosso	8,43	8,87	11	10
Mato Grosso do Sul	8,94	9,64	6	1
Minas Gerais	7,12	7,36	22	20
Paraíba	7,42	7,52	19	18
Piauí	8,30	8,70	13	14
Rio Grande do Sul	9,29	9,32	2	6
Rondônia	8,65	8,80	8	11
Santa Catarina	9,09	9,40	4	4
São Paulo	7,93	8,78	14	13

• 12 Capitais

Ente Federativo	Nota Inicial	Nota Final	Posição Inicial - Ranking Estados	Posição Final - Ranking Estados
Belo Horizonte (MG)	8,94	9,16	9	8
Boa Vista (RR)	6,96	7,03	20	21
Fortaleza (CE)	8,16	8,46	14	14
João Pessoa (PB)	7,99	8,72	16	11
Maceió (AL)	9,42	9,52	6	7
Natal (RN)	5,60	6,19	27	26
Palmas (TO)	6,67	6,96	25	22
Porto Alegre (RS)	8,34	8,44	13	16
Recife (PE)	9,76	9,90	2	1
Salvador (BA)	8,04	8,74	15	10
São Luís (MA)	7,42	7,72	18	18
São Paulo (SP)	6,69	7,94	24	17

O MUNICÍPIO DE LAVRAS
OCUPA O 50º LUGAR
DENTRE OS 691
MUNICÍPIOS BRASILEIROS
COM MAIS DE 50 MIL HAB.

*** ESCALA BRASIL
TRANSPARENTE 360°**

***Resultado foi divulgado em
12 de dezembro de 2018.**

Nota Inicial: 9,16

Nota Final: 9,24

Posição Inicial: 48

Posição Final: 50

Ente Federativo	Nota Inicial	Nota Final	Posição Inicial - Ranking Estados	Posição Final - Ranking Estados
Aracati (CE)	7.70	7.80	215	204
Batatais (SP)	8.66	8.76	105	100
Blumenau (SC)	9.20	9.38	44	34
Cachoeiro de Itapemirim (ES)	9.03	9.23	63	52
Caruaru (PE)	5.21	7.85	503	195
Coronel Fabriciano (MG)	7.10	7.50	282	245
Delmiro Gouveia (AL)	8.55	9.35	115	36
Divinópolis (MG)	7.29	7.69	264	223
Guapimirim (RJ)	3.81	4.05	608	592
Guarabira (PB)	8.51	9.06	117	68
Irecê (BA)	2.47	2.56	653	652
Itaperuna (RJ)	2.70	5.10	649	515
Itaúna (MG)	4.01	4.24	591	584
Jaboatão dos Guararapes (PE)	7.30	8.04	262	172
Juiz de Fora (MG)	7.44	8.44	242	132
Lagoa da Prata (MG)	9.41	9.69	31	10
Lauro de Freitas (BA)	8.02	9.12	171	63
Lavras (MG)	9.16	9.24	48	50

Acesso à Informação



A Lei 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, apelidada de “Lei de Acesso à Informação” (LAI);

Regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas;

Lei de Acesso à Informação

Lei nº 12.527



O acesso à informação contribui para aumentar a eficiência do Poder público, diminuir a corrupção e elevar a participação social. Acesso à informação: direito do cidadão e dever do Estado.

Abrange os
3 poderes



Judiciário



Legislativo



Executivo

Em todas as esferas
de governo

municipais, estaduais, distrital e federal

Principais aspectos

O acesso é a regra,
o sigilo, exceção



Pedidos não exigem
motivação



Fornecimento gratuito de
informações, salvo custos
de reprodução



Esopo

Todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas.

Não são pedidos
de informação



Desabafos, reclamações, elogios:
este tipo de manifestação deve ser feito para a Ouvidoria do órgão



Consultas sobre a aplicação de legislação
devem ser encaminhadas ao canal adequado



Denúncias



Denúncias sobre a aplicação da LAI no Poder Executivo Federal deverão ser registradas em: www.cgu.gov.br/Denuncias

Denúncias sobre o descumprimento da LAI em outras esferas ou poderes deverão ser encaminhadas aos respectivos responsáveis.



Qualquer pessoa pode pedir
uma informação pública

Pessoas
Físicas



independente
de idade



independente
de nacionalidade

Pessoas
Jurídicas



Empresas,
organizações, etc.

Lei de Acesso à Informação

Lei nº 12.527



Peça uma informação



SIC Físico



Pela internet



Pessoalmente no órgão ao qual você pretende solicitar a informação

Os órgãos deverão divulgar o endereço de seus SICs nos sites. Todo SIC deve ter espaço próprio e servidores alocados.

1 - SIC - Serviço de Informação ao Cidadão



O e-SIC engloba apenas os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

"Passo-a-passo" do pedido de informação



Identifique o órgão que você deseja informação



acesse o e-SIC*

ou



vá ao SIC físico do órgão

*Caso ainda não seja cadastrado no sistema, faça o cadastro.



Preencha o formulário de solicitação de pedido de informação



PRAZO PARA RESPOSTA 20 DIAS
prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa expressa



ACOMPANHE O PEDIDO via e-SIC

no e-SIC o cidadão pode:

- acompanhar o andamento do pedido
- entrar com recursos
- consultar as respostas recebidas
- entrar com reclamação, caso o pedido não tenha sido respondido



Caso o órgão negue o acesso à informação ou o cidadão entenda que a informação não foi fornecida, o requerente tem 10 dias para entrar com **RECURSO**, a partir da data de resposta do órgão.

www.acessoainformacao.gov.br

Lei de Acesso à Informação

Lei nº 12.527



CASO O ÓRGÃO NEGUE o acesso à informação ou o cidadão entenda que a informação não foi fornecida, **O REQUERENTE TEM 10 DIAS PARA ENTRAR COM RECURSOS**, a partir da data de resposta do órgão

RESPOSTA DO ÓRGÃO
Informação pública não fornecida



CHEFE DO RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA



RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA



2 O REQUERENTE TEM ATÉ 10 DIAS PARA ENTRAR COM RECURSOS

direcionado à autoridade superior



O recurso será direcionado à autoridade máxima do órgão ou entidade.
A AUTORIDADE MÁXIMA tem 5 dias para responder

Caso o recurso não seja atendido, o requerente tem direito até 10 dias após decisão para entrar com **Recurso à Autoridade Máxima**



A AUTORIDADE MÁXIMA



CHEFE DO RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA



O recurso será direcionado para a CGU

A CGU tem **5 DIAS** para se manifestar



Sendo o recurso negado, o requerente tem 10 dias, após decisão, para entrar com RECURSO.

RECURSO NEGADO

O cidadão terá 10 dias, após a negativa da CGU, para entrar com RECURSO direcionado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI



Recurso em última instância

CMRI - Comissão Mista de Reavaliação de Informações

CMRI deve responder até a 3ª reunião após recebimento do recurso.

Compete à CMRI decidir recursos apresentados contra decisão proferida:

- Pela Controladoria-Geral da União a pedido de acesso a informação;
- Pelo Ministro de Estado, a pedido de desclassificação ou reavaliação de informação classificada;

www.acessoainformacao.gov.br



Permite que qualquer pessoa consulte os pedidos de informação, feitos com base na Lei de Acesso à Informação, direcionados aos órgãos e às entidades (Poder Executivo Federal) e as respectivas respostas fornecidas.

Lei 13.460/2017

Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos;

proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública;

Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.;

Procedimentalização das Manifestações;

Atribuições das Ouvidorias Públicas para promover a participação do usuário na administração pública e acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

Conselho de Usuários de Serviços Públicos;

Avaliação Continuada dos Serviços Públicos



Respeito

Hospitalidade

Participação

Controle Social

Fiscalização

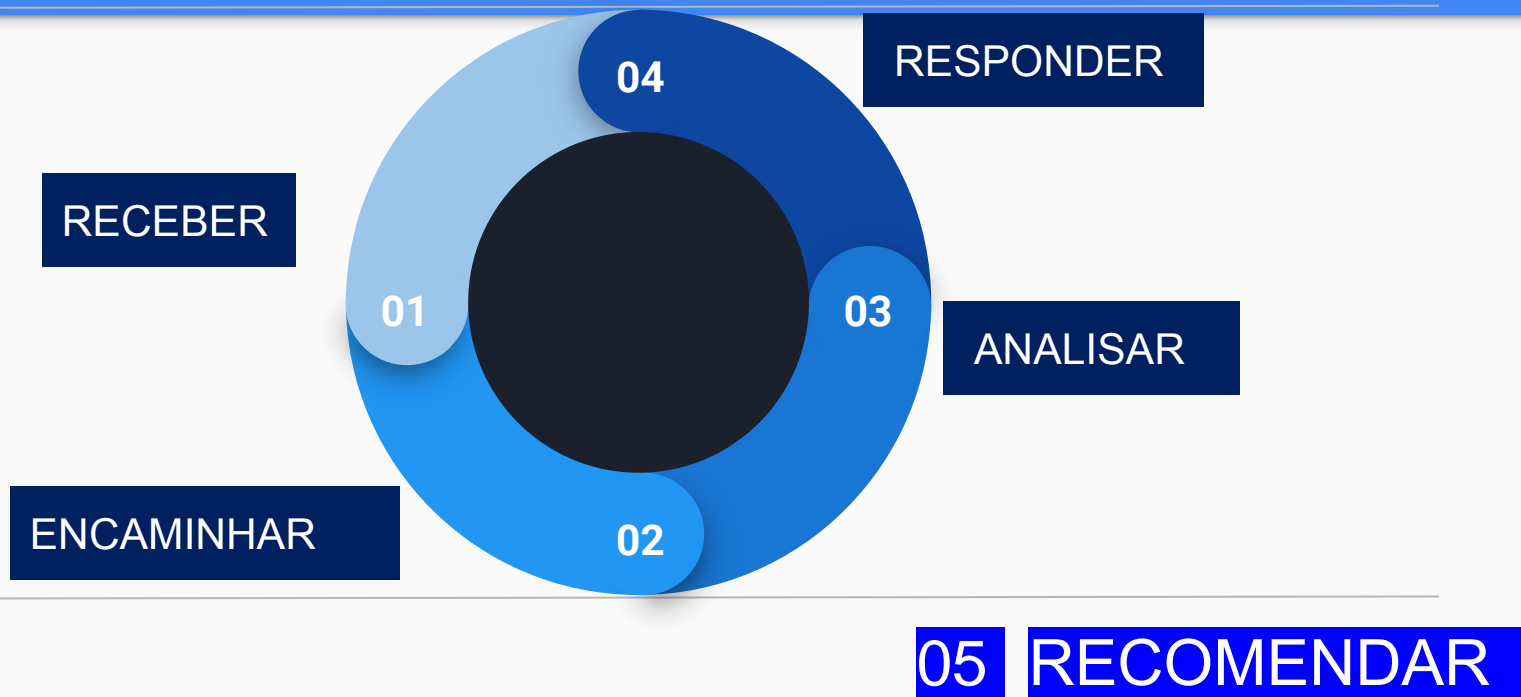
Eficiência

Resultado

Legitimidade.



Atividades Principais do Ouvidor





OUVIDORIAS PÚBLICAS



Programa de
FORTALECIMENTO
das OUVIDORIAS

Rede de Ouvidorias



www.idct.org.br

E-mail: contato@idct.org.br

(31) 3317-5757



Obrigado!

